

Estado da Paraíba  
Assembléia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa



PROJETO DE LEI Nº 1020/98.

AO EXPEDIENTE DO DIA

15 de 06 de 1998  
15 de 06 de 1998  
*[Signature]*  
Prestação

DISPOE SOBRE A CRIAÇÃO DE ÁREAS DE  
INTERESSE SOCIAL PARA URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ART. 1º - Ficam instituídas na zona urbana e de expansão urbana dos municípios do estado da Paraíba, áreas de interesse social para urbanização específica.

ART. 2º - As áreas a que se refere o artigo anterior, são todas aquelas onde existam assentamentos habitacionais da população de baixa renda que necessitem de regulamentação jurídica/e ou urbanística. Parágrafo 1º - A população de baixa renda moradora das áreas definidas por esta lei, para participar dos planos de urbanização específica, deverá se enquadrar nos seguintes critérios:

- a) ter renda familiar igual ou inferior a 3 (tres) salários mínimos mensais;
- b) não ser proprietária de imóvel em qualquer região da Paraíba;
- c) Não ser concessionária de outras unidade habitacional ou não ter sido atendida por outro programa habitacional.

PARÁGRAFO 2º - Ficam excluídas nessa categoria todas as áreas ocupadas por favelas há pelo menos 12 (doze) meses, a contar da data da publicação desta Lei e que sejam passíveis de urbanização.

ART. 3º - As áreas definidas por esta Lei deverão atender os seguintes objetivos:

- a) promover a urbanização com parâmetros específicos para cada área que garantem a permanência dos atuais ocupantes em condições adequadas de habitabilidade.
- b) Garantir a moradia aos atuais ocupantes, integrando essas áreas ao seu entorno próximo.
- c) Destinar as áreas públicas definidas como bens de uso comum do povo e as áreas dominiais, já ocupadas, prioritariamente à habitação de interesse social dos atuais moradores.
- d) Corrigir situações de risco ocasionadas por ocupações impróprias à habitação.
- e) Estabelecer condições de habitabilidade por meio de investimentos em equipamentos urbanos e comunitários.

ART. 4º - A delimitação das áreas objeto desta Lei se baseará em cadastro atualizado das áreas ocupadas por favelas.

PARÁGRAFO UNICO - O cadastro a que se refere este artigo incluirá as áreas de bem de uso comum, as áreas dominiais e as áreas particulares, ocupadas com esse tipo de assentamento.

ART. 5º - O Executivo criará as condições para que se efetive a delimitação das áreas, a elaboração dos planos de urbanização específica e a assistência jurídica necessária para regularização das áreas.

Assessoria ao Plenário  
Constatou no Expediente

Em 15 de 06 de 1998  
*[Signature]*  
Diretor da Ass. ao Plenário

2

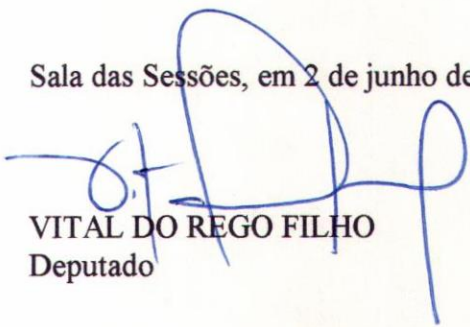
Estado da Paraíba  
Assembléia Legislativa  
Casa de Epitácio Pessoa



ART. 6º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

ART. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1998.

  
VITAL DO REGO FILHO  
Deputado







**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

TL-FJO

**PROJETO DE LEI Nº 1.020/98.**

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE ÁREAS DE  
INTERESSE SOCIAL PARA URBANIZAÇÃO  
ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**AUTOR** : Dep. Vital Filho.

**RELATOR**: Dep. João Paulo.

**P A R E C E R Nº 508/98**

**I - RELATÓRIO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para exame e parecer, com fulcro no art. 21, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno da Casa (Resolução nº 469/91), o **Projeto de Lei Nº 1.020/98**, de lavra do ilustre Deputado Vital Filho, e que "Dispõe sobre a criação de áreas de interesse social para urbanização específica e dá outras providências."

É relatório.

**II - VOTO DO RELATOR**

Apesar do largo alcance social da proposta, cumpre-nos esclarecer que o Projeto, ora em exame, não tem como prosperar, porque apresenta vício irremovível de inconstitucionalidade, uma vez que o assunto tratado em seu bojo (ocupação do solo urbano) é matéria de competência legislativa privativa dos Municípios, preconizada no art. 30, inciso I e VIII, da Constituição Federal, que assim declara:

"Constituição Federal;

Art. 30 - Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; "





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

TL-FJO

Nestas condições, opino, seguramente, pela **DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei Nº. 1.020/98.

É o voto

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1998.

*João Paulo*  
**DEP. JOÃO PAULO**  
**RELATOR**

**III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação opina pela **DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei Nº 1.020/98, nos termos do voto do Senhor Relator.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 1998.

*Zenóbio Toscano*  
**DEP. ZENÓBIO TOSCANO**  
**PRÉSIDENTE**

*João Paulo*  
**DEP. JOÃO PAULO**  
**VICE-PRESIDENTE/RELATOR**

**DEP. VITAL FILHO**  
**MEMBRO**

**DEP. LUIZ COUTO**  
**MEMBRO**

*Antônio Ivo*  
**DEP. ANTÔNIO IVO**  
**MEMBRO**

*Tarcizo Telino*  
**DEP. TARCIZO TELINO**  
**MEMBRO**

**DEP. FERNANDO MELO**  
**MEMBRO**

**Voto Contrário**  
**Ao Parecer do Relator**

Em, 30 / 11 / 98  
*Fernando Melo*  
**DEPUTADO**

**Voto Contrário**  
**Ao Parecer do Relator**  
Em, 30 / 11 / 98  
*João Paulo*  
**DEPUTADO**